

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nº _____ / 2018

(Da Sra. Deputada ANA PERUGINI e do Sr. Deputado LUIZ COUTO)

Sr. Presidente,

Nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência a **realização de reunião de Audiência Pública** em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Urbano com o tema:

“Desmoronamento do Edifício Wilton Paes de Almeida: uma tragédia anunciada”.

JUSTIFICAÇÃO

O edifício Wilton Paes de Almeida era um dos marcos arquitetônicos da cidade de São Paulo, tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). Com 24 andares, além de dois pisos de sobrelojas comerciais, e com 11 mil m² de área construída, localizado na Rua Antonio de Godoi, foi projetado na década de 1960 e inaugurado em 1966 para abrigar a sede da empresa Cia. Comercial Vidros do Brasil (CVB).

O prédio era considerado a maior obra do arquiteto Roger Zmekhol (1928-1976), pioneiro ao adotar o revestimento envidraçado, que rendeu ao edifício o apelido de "pele de vidro".

Nos anos 1970, o prédio passou a ser propriedade da União. O local abrigou durante 23 anos a sede da Polícia Federal em São Paulo e, até 2009, uma agência do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Houve tentativas de transformá-lo em polo cultural, campus da Universidade Federal de São Paulo e sede da secretaria de Educação.

Uma reportagem da Folha de S. Paulo de janeiro de 2017 dizia que o edifício foi a leilão em 2015, no valor de R\$ 21,5 milhões, mas não houve

interessados. Ainda em 2015, foi aberto um inquérito para apurar a segurança do prédio, arquivado em março deste ano pelo Ministério Público.

Ocorre que, na madrugada do dia 1º de maio de 2018, Dia Internacional do Trabalhador, este edifício desabou por conta de um incêndio que iniciou no local, mais ou menos há 1h da manhã. Segundo a Prefeitura de São Paulo, o local abrigava 317 pessoas e 146 famílias recém-cadastradas. Segundo os bombeiros, eram 372 moradores.

Mesmo sendo reconhecidamente um dos prédios mais inseguros da cidade de São Paulo, por conta de suas características (materiais que disseminam o fogo, como divisórias de madeira ou a “pele de vidro” que revestia o edifício; lixo acumulado no poço do elevador, a exalar gases inflamáveis; ligações elétricas ilegais, espiriteiras e botijões de gás; ratos e esgoto correndo pelas escadarias escorregadias), as famílias, que não tinham onde morar, continuavam ali a espera de uma solução da prefeitura de São Paulo.

O pior deste cenário é que este edifício não é o único local “condenado” na cidade de São Paulo que abriga cidadãs e cidadãos. Há ao todo, segundo a secretaria da Habitação, cerca de 70 prédios invadidos no centro paulistano. Neles moram entre 3 mil e 4 mil famílias. Ao todo, há 206 imóveis ocupados ilegalmente na cidade, abrigando 46 mil famílias.

Alguns destes locais reúnem características parecidas ao que desabou nesta madrugada do dia 1º. Daí a nossa enorme preocupação de que outra tragédia anunciada ocorra em breve.

Posto isto, solicitamos uma Audiência Pública, por meio desta Comissão e em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Urbano desta Casa, para ouvir as autoridades envolvidas na desocupação destes imóveis e realocação da população que habita neles, e apuração para que se saiba o motivo de que, mesmo com tanta urgência, tais famílias ainda estivessem habitando no Edifício Wilton Paes de Almeida e ainda habitem em tantos outros prédios com situação precária parecida. Queremos também verificar se os direitos básicos, tantos os sobreviventes da tragédia, quanto os que habitam em imóveis ocupados, estão sendo respeitados.

Sala das Sessões, 02 de maio de 2018

Deputada Ana Perugini
PT/SP

Deputado Luiz Couto
PT/PB